



Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 91.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Hermas Brandão.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (53). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: Werner Wanderer (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 95/89

Curitiba, 23 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 11 de outubro próximo passado, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia Paranaense de Energia, objetivando a execução dos serviços de alocação de torres de energia elétrica e demais serviços correlatos, por ocasião da construção de obras rodoviárias.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 96/89

Curitiba, 23 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa cópia autêntica do Termo Audivo datado de 29 de agosto de 1989, firmado, portanto, anteriormente à promulgação da atual Constituição Estadual, ao Convênio n. 006/87, celebrado em 1º de agosto de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT/CC 235/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando que foi Vetado Parcialmente o projeto de lei n. 226/89, em razão dos motivos expostos.
À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os ns. DTL/SAT 236 e 237/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs

185/88 de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR., o qual convertido em Lei tomou o número 9.138. - Anote-se - Arquivar-se.

218/89: De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza o Poder Executivo a doar o Hospital de Crianças César Pernetta à Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, o qual convertido em lei tomou o n° 9.139. - Anote-se. Arquivar-se.

Indicação.

OF. 058/89 LIDPFL

Curitiba, 28 de novembro de 1989
Senhor Presidente.

A Bancada do Partido da Frente Liberal tem a honra de indicar o nome do Excelentíssimo Senhor Deputado João Arruda, como representante na Comissão deste Poder que acompanhará a votação do projeto de interesse dos brasileiros residentes no Paraguai.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

(a) JOÃO ARRUDA

p/Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário e, com fundamento no disposto pelo Art. 100, do REGIMENTO INTERNO, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão de Votação, para os Projetos de Lei n°s 317, 318, 319 e 320/89 e, para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 27.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Resolução n°s: 068/89 - autorizando plebiscito para criação do Município de Santa Maria do Oeste;

070/89 - autorizando plebiscito para criação do Município de Vilmond;

069/89 - autorizando plebiscito para transferência de área territorial do Município de Imbituva para o de Irati, constantes da Ordem do Dia de hoje, res-

pectivamente, em 3.^a e 1.^a Discussão.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 171, § 1°, do Regimento Interno após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n°s 317, 318, 319 e 320/89 e, para o Projeto de Resolução n° 67/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Retirada do Projeto de Resolução n° 69/89, por 05 sessões.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 2692

Senhor Presidente.

Propomos votos de congratulações ao Jornalista Dr. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO, pela série de reportagens realizadas pelo Jornal a Gazeta do Povo sobre a "EMANCIPAÇÃO DO PARANÁ", descrevendo as lutas e Campanhas para conseguir do Império a autonomia da então 5.^a Comarca integrante da Capitania de São Paulo; enfatizando a comemoração dos 136 anos da emancipação política e administrativa do Paraná, no dia 19 de dezembro.

Reportagem publicada no último domingo dia 26/11/89 com a iniciativa da professora Cecília Maria Westphalen, da cadeira de História da Universidade Federal do Paraná, que com uma pesquisa profunda sobre o assunto; esclareceu o andamento do processo que começou em 06 de julho de 1811, através da Câmara Municipal de Paranaguá

que solicita ao Príncipe Regente a emancipação da Comarca e a criação de uma Capitania. A partir daí, lançando mão dos mais variados expedientes oficiais, os paranaenses buscaram o desmembramento de São Paulo, enfrentando uma luta de reveses por meio século onde merece destaque a participação de Floriano Bento Viana, intérprete da Conjura Separatista, em 1821, de João da Silva Machado mais tarde Barão de Antonina; Cruz Machado, que enfrentou ardorosa oposição dos paulistas, e de Zacarias de Góes e Vasconcellos, enviado como primeiro presidente, com a incumbência de instalar e organizar a nova Província.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações, pela passagem do 26° aniversário da fundação da TELEPAR, na pessoa do seu Presidente Dr. FERNANDO XAVIER FERREIRA.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A TELEPAR está completando 26 anos de fundação com mais uma conquista: a introdução de novas tecnologias nos serviços de telefonia e de telemática no Paraná, como as centrais digitais, os cabos de fibra óticas, a rede digital exclusiva para a comunicação de dados e equipamentos rádio-digital para novos canais interurbanos. Com essas inovações tecnológicas algumas já implantadas e outras em fase de aquisição de equipamentos, a TELEPAR dá continuidade aos seus esforços para acelerar o descongestionamento do sistema telefônico paranaense. E, além de obter ganhos de eficiência, a empresa passará a oferecer novos serviços aos seus usuários em todo o Estado. Importante observar que esse salto tecnológico no setor das telecomunicações está sendo até o momento integralmente realizado com recursos financeiros da própria TELEPAR.

A história da TELEPAR, revela uma empresa marcada pelo trabalho sério, honesto e competente. Desta forma, é mais do que justa a homenagem que prestamos nesta data, tão importante para a TELEPAR, sua direção e seus funcionários.

REQUERIMENTO N° 2695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Banco do Estado do Paraná, pela passagem do 61° aniversário

de sua fundação, através do seu Presidente Sr. CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, à rua Máximo Kopp 2104 - Curitiba - Paraná - CEP. 82.500.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Em 28 de novembro de 1928, no governo de Afonso Alves de Camargo, através da Lei Estadual 2532, foi criado o Banco do Estado do Paraná. De acordo com seu atual Presidente, Senhor Carlos A. A. Ferreira, "muitas administrações contribuíram na longa caminhada que criou uma instituição que orgulha e envaidece os paranaenses pelo seu exemplo de trabalho digno e de um sério e austero dia-a-dia permanentemente voltados as atenções ao Paraná e a sua gente. Nosso objetivo é transformar o Banestado no maior agente de desenvolvimento do Paraná. É o 2° banco estatal do país e o 7° no "ranking" nacional, lidera 50% do mercado de depósitos à vista, colecionando prêmios pelos trabalhos desenvolvidos. Em 1989, o Banestado conquistou novamente o Marketing Best; também um grande prêmio como Campanha Institucional do Ano, uma medalha de ouro como melhor campanha de Marchandising e uma medalha de prata na premiação dos melhores relatórios anuais. Senhor Dorival Viana, diretor de área de Comunicação e Marketing do Estado foi escolhido um dos Homens de Marketing do Brasil, e o Banestado recebeu o Top de Marketing e ADVB Paraná de 1989. A corretora Banestado está entre os maiores do país e a Crédito Imobiliário entre as maiores do Sul. Programa conjunto de financiamento com a Secretaria da Cultura e Secretaria do Esporte e Turismo, possibilitou a reabilitação e manutenção do patrimônio artístico e histórico paranaense assim como o benefício à nova geração de atletas. O Projeto Galha Azul atende a 300 Municípios atuando na área social. O governo do Paraná, seus administradores, seus 110 mil acionistas e o povo do Paraná, devem ver com orgulho o Banco do seu Estado, que conseguiu chegar a ser modelo de instituição estatal do país a 37° Banco no sistema latino - americano.

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de "Voto de Congratulações" ao Ilustríssimo Senhor ABILIO WOLFF JÚNIOR, MD. Diretor Presidente da CELEPAR - Companhia de Processamento de Dados do Paraná, pelos 25 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Desde que foi implantada, em 1964, através da CELEPAR, a informatização tem contribuído, decisivamente, para a agilidade da máquina administrativa do Estado, garantindo ao Poder Público do Paraná, a sua atualização e a responder aos desafios que o terceiro milênio imporá.

Operada com lucidez e dinamismo, a Companhia de Processamento de Dados do Paraná se credita às nossas homenagens pelo elevado grau de competência, modernização e eficiência produtiva que a dispõe sem farsa, ao nosso orgulho.

E todo esse efusivo aparato, é obra da dedicação e do desempenho de sua direção e funcionários, que homenageamos hoje, ao transcurso de seu 25º aniversário.

REQUERIMENTO N° 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de "Votos de Congratulações", ao Excelentíssimo Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, DD. Diretor Presidente do Banco do Paraná S/A, pela passagem do 31º ano de sua Fundação.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Desde os albores de sua fundação, em 1958, o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, se constitui o líder incentivador de nossa economia, o responsável pela captação e investimento das riquezas que geramos aqui. Há 31 anos, é orgulho da nossa gente.

No transcurso dessa efeméride, mais do que realçar o grau de modernidade ou o desempenho de suas ações institucionais, creditamos os nossos cumprimentos e as nossas homenagens à sensibilidade com que, de forma ampla, a direção e os funcionários do BANESTADO investem no potencial e na iniciativa da gente do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pela magna data de 14 de dezembro, em que se comemora o 38º aniversário do Município de Faxinal.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Juarez Barreto Macedo

Prefeito Municipal

Av. Brasil, 694 - 86.840 - Faxinal-Pr

- Dirceu Dutra Guerra

Pres. da Câmara Municipal

Av. Brasil, 694 - 86.840 - Faxinal-Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pelo 34º aniversário do Município de Cândido de Abreu, que se comemora em 22 de dezembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- José Malucelli França

Prefeito Municipal

Av. Visc. C. Laguiche, S/N

84.470 - Cândido de Abreu - Pr

- José Maria Reis

Pres. da Câmara Municipal

Av. Visc. C. Laguiche, S/N

84.470 - Cândido de Abreu - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio Votos de Congratulações pela magna data de 14 de dezembro, em que se comemora o 25º aniversário do Município de Jardim Alegre.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Abdo Mohamad Addi

Prefeito Municipal

Praça M.L. Félix, 800

86.860 - Jardim Alegre - Pr

- Natal Pessuti

Vice-Prefeito Municipal

Praça M.L. Félix, 800

86.860 - Jardim Alegre - Pr

- Juventino Lopes Pereira

Pres. da Câmara Municipal

Praça da República S/N

86.860 - Jardim Alegre - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pelo 25º aniversário do Município de Rio Bom, que se comemora em 13 de dezembro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- José Carlos de Almeida Prado

Prefeito Municipal

Praça Gov. Ney Braga, 65

86.830 - Rio Bom - Pr

- José Rocha de Sene

Pres. da Câmara Municipal

Praça Gov. Ney Braga, 65

86.830 - Rio Bom - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pelo transcurso da magna data de 08 de dezembro, em que se comemora o DIA DA JUSTIÇA.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Desembargador Miguel Abrahão

Pres. do Tribunal de Justiça do Paraná
Palácio da Justiça - Centro Cívico -

Curitiba - Pr

- Desembargador Luiz Gastão Alencar de Carvalho

Pres. do Tribunal de Alçada do Paraná
Palácio da Justiça - Centro Cívico -

Curitiba - Pr

- Dr. José Cândido Sobrinho

Juiz da Comarca de Grandes Rios

Rua J.M. Noronha, S/N

86.845 - Grandes Rios - Pr

- Dr. José Ricardo Cunha de Almeida

Juiz da Comarca de Faxinal

Av. Brasil, 1080

86.840 - Faxinal Pr

- Dr. Fernando Wols Bodziaki

Juiz da Comarca de Cândido de Abreu

A/C Forum da Comarca de Cândido de

Abreu

84.470 - Cândido de Abreu - Pr

Dr. Walter Sebastião Santana

Juiz da Comarca de Ivaiporã

Rua Rio Grande do Norte S/N

86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dr. José Augusto Gomes Aniceto

Juiz da Comarca de Ivaiporã

Rua Rio Grande do Norte S/N

86.870 - Ivaiporã - Pr

- Dra. Rosane Andrigueto

Juiza da Comarca de São João do Ivaí

A/C Forum da Comarca de São João do

Ivaí

86.930 - São João do Ivaí - Pr

- Dr. Valdir Santos

Juiz da Comarca de Jandaia do Sul

Rua P. Caldas, 536

86.900 - Jandaia do Sul - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações pelo transcurso do 28° aniversário do Município

de Ivaiporã, que foi comemorado em 19 de novembro último.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Antonio da Paz

Prefeito Municipal

Praça dos Três Poderes, S/N

86.870 - Ivaiporã - Paraná

- José Narciso de Mello

Presidente da Câmara Municipal

Praça dos Três Poderes, S/N

86.870 - Ivaiporã - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações pelo transcurso do 27° aniversário do Município de Kaloré, que será comemorado em 08 de dezembro próximo.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Mauro Lebegaline

Prefeito Municipal

Praça da Glória, 767

86.920 - Kaloré - Paraná

- Antonio Colombo

Presidente da Câmara Municipal

Praça da Glória, 767

86.920 - Kaloré - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pelo transcurso do 34° aniversário do Município de Bom Sucesso, que será comemorado em 15 de novembro último.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Kuriqui Caname

Prefeito Municipal

Praça Paraná, 77

86.940 - Bom Sucesso - Paraná

- Claudionor Benedetti

Presidente da Câmara Municipal

Praça Paraná, 77

86.940 - Bom Sucesso - Pr

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, representando a Bancada do PRN., no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de

congratulações, pela passagem do 61º aniversário de fundação do Banco do Estado do Paraná; que deste requerimento seja dada ciência ao seu Presidente Sr. Carlos Antonio de Almeida Ferreira, à rua Máximo João Kopp 2104 - CEP. 82.500 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Consolidando sua liderança no Estado, com mais de 50% do mercado de depósitos à vista, uma rede de 345 agências, e colecionando prêmios pelos trabalhos desenvolvidos em departamentos ligados ao mercado; criado pela Lei Estadual 2532, de março de 1928, no governo Afonso Alves Camargo, o Banco do Estado do Paraná completa na data de hoje 28-11-89, 61 anos de sua fundação. Na Presidência o Senhor Carlos Antonio de Almeida Ferreira, através de um trabalho dinâmico e conjunto, conseguiu galgar posições, passando a ser o 2º banco estatal do país e o 7º ano no "ranking" nacional. O Diretor de Marketing e da área de Comunicação, Senhor Dorival Viana, foi escolhido dia 21 de outubro, como um dos Homens de Marketing do Brasil e o Banestado ganhou o Top de Marketing e ADVB Paraná 1989. O Projeto Gralha Azul, destaca atuação marcante na área social em 300 Municípios do Paraná; também com financiamento conjunto com a Secretaria de Esportes e Turismo.

A situação atual do Banestado, deve ser orgulho não só de seus administradores, dos 110 mil acionistas, do seu maior acionista que é o Governo do Estado do Paraná, mas do povo paranaense que apoia e utiliza os serviços do Banco do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2718

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao BANESTADO pela passagem dos 61 anos de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que receba e transmita aos demais Diretores, bem como a todos os funcionários do conglomerado BANESTADO, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desenvolvido pelo BANESTADO para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é por demais conhecido e elogiado nacionalmente.

O BANESTADO, hoje um banco múltiplo já vem de décadas - desde a sua fundação operando um grande serviço em favor de todos os setores, contribuindo para o fortalecimento do Estado e bem-estar dos paranaenses.

O BANESTADO tem sido base sólida e ponto de apoio firme para os empreendimentos paranaenses. Ajuda, portanto, no crescimento da economia, no desenvolvimento empresarial e na geração de empregos para o desenvolvimento empresarial e na geração de empregos para os paranaenses nos mais variados segmentos.

A par disso o BANESTADO possui diversos programas iminentemente sociais, em especial atuando junto às prefeituras e dando apoio aos organismos do Governo do Estado.

Além disso, são notórios o estímulo, o apoio e o incentivo que o BANESTADO oferece para o setor de artes e cultura em geral. Todas as manifestações populares, os projetos de arte e cultura, as realizações em favor da preservação e ampliação da identidade paranaense encontram o mais pronto apoio do BANESTADO.

O BANESTADO tem um papel econômico da maior significação, atuando com competência no âmbito financeiro, dando destacado apoio ao setor econômico colaborando de forma expressiva para o crescimento do setor produtivo do Paraná.

A atual Diretoria, sob a competente liderança do Dr. CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, tem sabido dar continuidade ao programa de ação das diretorias anteriores, seguindo a filosofia traçada pelo iminente Governador ÁLVARO DIAS, para ser um BANCO SOCIAL e MUNICIPALISTA, fator preponderante para a geração e distribuição de riquezas.

Isto resulta, direta e indiretamente, em benefícios sociais para todos os cidadãos, onde o Projeto Gralha Azul tem financiado obras sociais em 300 municípios do Estado.

Todos os projetos bons para o PARANÁ e de interesse dos PARANAENSES têm incentivo e colaboração do BANESTADO, que chega aos 61 anos mais ágil, moderno e participativo.

Como fruto de um trabalho conjunto o BANESTADO também galgou posições, graças à competência de seus Diretores funcionários dedicados, bem como de seu Diretor de Marketing Senhor DORIVAL S. VIANNA que tem procurado elevar bem alto o nosso BANESTADO.

Portanto, este Poder Legislativo associa-se ao júbilo dos paranaenses por tão importante efeméride, manifestando desta forma o seu reconhecimento ao desempenho do BANESTADO, ao trabalho de sua Diretoria e ao mesmo tempo reverencia todos aqueles

que foram direta ou indiretamente responsáveis pelo estágio atual do BANESTADO, que se situam em posição privilegiada no contexto nacional, colhendo elogios e o mais amplo reconhecimento.

REQUERIMENTO N° 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito em Ata dos trabalhos um voto de congratulações ao eminente magistrado Dr. IRLAN PROCHMANN ARCO-VERDE, por sua investidura como Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, ocorrida nesta data.

Irlan Arco-Verde iniciou sua carreira na magistratura em 1969, quando se habilitou em concurso e foi designado para a Comarca de Ribeirão Claro; em 1974 foi promovido por merecimento para Juiz de Entrância Intermediária, sendo designado para Wenceslau Braz; em 1975 foi removido para a Vara de Menores, Família, Casamentos e Registros Públicos de Paranaguá.

Em 1978 foi promovido para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Curitiba, em entrância final. Em 1979 foi removido para a 8.^a Vara Cível da Capital, onde ocupava, desde agosto de 1989, a função de Diretor do Fórum de Curitiba, sendo promovido a 10.^a de novembro para a segunda instância, como Juiz do Tribunal de Alçada.

Desde os bancos da Faculdade de Direito o eminente magistrado se destacou por sua dedicação ao estudo, por sua posição de equilíbrio e seu amor à justiça, tudo o que o fazem merecedor deste voto.

REQUER, ainda, que seja dado conhecimento desta manifestação do ilustre magistrado.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe à Mesa, após audiência do Plenário, inscrição em Ata dos trabalhos desta sessão de um voto de congratulações ao Médico Doutor GERSON NEMES, por sua investidura como Diretor Geral da Secretaria de Estado da Saúde Pública.

Requer, ainda, que seja dado conhecimento desta manifestação ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2724

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de

mais um aniversário de emancipação política do Município de VITORINO, dia 29 de novembro requerendo-se, mais, que do ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Deu-se a emancipação política de Vitorino, pela Lei Estadual n° 4.245, de 25.7.60, tendo sido instalado a 29 de novembro de 1961. Foi desmembrado ao território de Clevelândia - juntamente com Mariópolis, cada um constituindo um município. O desejo de emancipação nasceu cedo no coração dos pioneiros de toda área, vendo a suinocultura ganhar expressão estadual e a agricultura crescer nas estatísticas da produção regional. Do desejo, da fé no trabalho e do entusiasmo emancipacionista nasceu o grito político que ecoou e se materializou na Assembléia Legislativa, oficializado pela lei antes citada. Às comemorações do Município, juntamos as nossas congratulações e os nossos votos de progresso para Vitorino, cujo registro estamos propondo com esta homenagem para a qual rogamos o apoio dos ilustres Membros deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 2720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de louvor à REFRIGERAR - REFRIGERAÇÃO PARANÁ, com sede nesta Capital, pela passagem do 40° aniversário de fundação.

Tendo à frente o Senhor Sérgio Prosdócimo, pessoa de visão, que conseguiu elevar à categoria internacional um dos maiores grupos industriais do País, através do seu esforço, denodo e inteligência.

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 29 de novembro de 1989 às 14:30 para apreciar o Projeto de Lei N° 345/89 oriundo da Mensagem Governamental N° 87/89 que objetiva dar nova redação ao parágrafo 1°, do art. 3°, da Lei n° 7.257, de 30 de novembro de 1979. alterado pela Lei n° 7812, de 29 de dezembro de 1983. As referidas leis versam sobre a "Taxa de Segurança".

Sala das Sessões, 28.11.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Digníssimo Diretor Presidente da Empresa Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, solicitando esclarecimento sobre a grave denúncia de venda de material por esta empresa, veiculada no jornal Folha de Londrina, página 3 do dia 25 de novembro de 1989.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Cópia da supra citada matéria jornalística, em anexo.

REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente.

O jornal "Folha de Londrina", edição de 25 de novembro de 1989, pág. 03, publicou matéria denunciando irregularidades na TELEPAR com o seguinte título: "Telepar vende material novo como sucata por preço irrisório".

Com riqueza de detalhes o jornal revela as falcatruas desenvolvidas para desviar materiais novos como sucatas, beneficiando particulares.

Trata-se de uma denúncia grave, a merecer o devido esclarecimento e, caso confirmada a punição exemplar de todos os envolvidos.

Diante do exposto, este Parlamentar REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, ao Delegado de Crimes Contra a Administração Pública e ao Diretor Presidente da Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a tomada imediata das providências necessárias para esclarecer a denúncia publicada pelo jornal "Folha de Londrina", e, caso confirmada, promover a punição dos responsáveis.

Requer, finalmente, o envio de cópias do mesmo expediente ao Presidente do SINTEL - Sindicato dos Telefônicos (Rua Dr. Muricy, 81, em Curitiba).

Sala das Sessões, em 28.11.89

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 2712

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER,

seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social, Sr. Rubens Bueno, solicitando recursos financeiros para aquisição de uma vaca mecânica destinada ao município de Uraí.

Referida solicitação se faz em função do município apontado não ter condições financeiras para sua aquisição, e também em função da necessidade no atendimento da população carente.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial ao Vereador Milton de Brito que é o autor dessa reivindicação.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Digníssimo Superintendente do IPE, Dr. Sérgio Paciornick, informando quais as razões do não atendimento, através de médico credenciado pelo instituto, aos segurados-professoras e funcionários no Município de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

"Saúde é direito de todos e dever do Estado ...", segundo se vê consagrado na novel Constituição Estadual, - art. 167, recentemente promulgada.

Dentro desse enfoque, justificamos a propositura deste requerimento ao Digníssimo Superintendente do IPE, Dr. Sérgio Paciornick, para que preste informações e esclarecimentos sobre as graves acusações e denúncias chegadas a este Gabinete Parlamentar, pelas professoras-seguradas desse Instituto, que não vêm recebendo uma efetiva e adequada assistência médico-hospitalar, através de médicos credenciados. Segundo consta das denúncias, cujos ofícios se encontram neste Gabinete, o fato decorre da não percepção de seus vencimentos, já reclamados pelos médicos credenciados através de "Sindipar" - Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Saúde no Estado do Paraná e Associação dos Hospitais do Estado do Paraná - AHOPAR. É evidente que os segurados que recolhem mensalmente o desconto de 8% ao Instituto, não podem e nem devem ser penalizados por essa situação caótica e que deve ser solucionada de vez por todas. É uma lamentável ocorrência que vem se repetindo e que necessita ser normalizada para que todos seus segurados desfrutem da indispensável e necessária assistência que lhes é asse-

gurada constitucionalmente.

REQUERIMENTO N° 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de Postos de Serviços (PS) nas localidades de Rio Novo e São Pedro, Distritos de Paz, Município de Guarapuava.

Requer, ainda que, da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Vereador Maurício Mendes de Araújo, sito à Rua XV de Novembro, 3446, ap. 01, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justificamos tal solicitação, uma vez que os moradores daquelas localidades sofrem pela falta de Postos de Serviços, pois o mais próximo dista 15 km, e tal implantação muito beneficiaria a comunidade em geral, principalmente em casos de emergência.

REQUERIMENTO N° 2714

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado do Trabalho da Justiça e da Ação Social, solicitando informações a respeito do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, no dia 1° de março de 1988 com as seguintes informações:

1° - A assinatura constante no documento em anexo não é do Prefeito Municipal à época em exercício, e sim da terceira pessoa, e portanto há necessidade de se informar se referida pessoa teve poderes para firmar convênios em nome daquela Prefeitura;

2° - O convênio foi executado?

3° - Houve prestação de contas? Quando e por quem?

4° - No caso de execução do convênio, fornecer a informação sobre quais advogados contratados, ou se os serviços foram prestados pelo próprio Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

O presente pedido se justifica em função desse Parlamentar ter dúvidas sobre a execução do convênio.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer, seja inserida na Ata dos trabalhos da presente sessão, o inteiro teor da denúncia formulada pelo Vereador Abel Morangueira PDT - Paranavaí, a qual evidencia o uso irregular das verbas públicas.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 352/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a privatizar o serviço de transporte marítimo de veículos (Ferry-boat), na baía de Guaratuba.

Art. 2° - No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, o Poder Executivo tomará as medidas necessárias para a abertura de concorrência pública para a exploração daquele serviço.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(aa) RENATO ADUR

LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O transporte marítimo de veículos na Baía de Guaratuba deve ser privatizado da mesma forma que o é o transporte rodoviário de passageiros.

Já existe um bom exemplo ocorrendo na Baía de Paranaguá, mais precisamente em Pontal do Sul na ligação com a Ilha do Mel.

A privatização, além de aliviar o Estado de um serviço deficitário, modernizará aquele meio de transporte obrigatório aos que demandam a Guaratuba pela estrada que leva também à Paranaguá.

O benefício que esta lei trará ao desenvolvimento turístico de Guaratuba será sem precedentes, evitando-se as quilométricas filas que se formam nos meses de verão, além de evitar o congestionamento e o perigo do tráfego na outra opção de ida ao litoral que seria pela BR-116, denominada de "corredor da morte".

PROJETO DE LEI N° 353/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1º - Autoriza o Poder Público, através do órgão competente, a realizar exames anti-AIDS anualmente, nos alunos inscritos na rede de escolas públicas e universidades estaduais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição em tela, visa a prevenção direta contra a AIDS - Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida com o objetivo de reduzir ao máximo a alta incidência dos casos que vêm ocorrendo na atualidade.

Conforme estatísticas oficiais, a grande maioria das contaminações pelo vírus atinge o ápice junto ao público juvenil e daí a nossa preocupação em se tentar visualizar o problema antes do seu alastramento, fato este que pode ser perfeitamente diagnosticado através de um exame precoce.

Dada a relevância desta questão e ciente da sensibilidade dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, submeto o presente projeto à apreciação e espero poder contar com o apoio incondicional para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 354/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Legião da Fraternidade, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A Legião da Fraternidade é uma entidade de caráter espiritualista e filantrópico, que tem como objetivos principais o atendimento e amparo às crianças e velhos desamparados, através da criação de orfanatos e abrigos, além do desempenho de outras atividades que visam o bem estar dos mais necessitados.

Uma entidade que se propõe a tais objetivos, sem dúvida, deve ser reconhecida com de utilidade pública, razão pela qual propomos o presente plano de lei e para o qual vimos solicitar dos nobres Pares o devido apoio.

PROJETO DE LEI N° 355/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Fazenda Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Desdique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Desdique, ponto de partida, numa área de 150 km2.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem-vinda, já que se tornou evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n. 7.521, de 16 de novembro de 1981, publicada no D.O. n. 1.171, de 17 de novembro de 1981, é plenamente auto suficiente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, esta Presidência e toda a Assembléia Legislativa sente-se honrada com a presença dos dignos representantes do distrito de Santa Maria, futuro município de Santa Maria do Oeste, a ser desmembrado de Pitanga, região Centro-Oeste do Paraná.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lendo a "Folha de Londrina", de sábado, deparamo-nos com a matéria "Telepar vende material novo como sucata por preço irrisório".

Já faz algum tempo que as coisas na Telepar não andam bem. A empresa deixou de ser uma das quatro primeiras empresas do País, para cair para o 18º lugar em termos de competência, de serviços, e eu não sei o que está ocorrendo na Telepar, mas há muitas notícias, inclusive suspeitas de uma condução não muito honesta por parte da atual Diretoria.

Há informações de que houve até uma comissão de sindicâncias que apurou irregularidades graves na empresa, e nenhum

dos elementos envolvidos nesta sindicância foi sequer punido, e alguns deles até promovidos. Nós pretendemos apurar esta questão com detalhes, ainda no decorrer desta semana.

Mas, a matéria da "Folha de Londrina" diz que a TELEPAR está vendendo vários lotes de materiais nunca usado pela empresa como sucata para o ferro velho. São braçadeiras de ferro galvanizado, que depois de passarem alguns meses como estoque no pátio do almoxarifado da TELEPAR, no bairro do Atuba, entraram numa licitação, e observem, Senhores Deputados, foram vendidas pelo mesmo preço de peças velhas, de parafusos, pregos enferrujados e placas metálicas amassadas.

Vejam que são 45 mil quilós de sucata arrematada pelo Ferro Velho Eco, por 85 centavos o quilo. O preço de um quilo de ferro, no mercado em Curitiba é de 10 cruzados.

Há uma suspeita de graves irregularidades na Telepar. A Telepar vai ter que dar esclarecimentos, muito concretos a este respeito. Nós verificamos da possibilidade de esclarecermos um requerimento pedindo informações. Temos conhecimento que o Deputado Pedro Tonelli vai entrar com um requerimento, nesta tarde, pedindo esclarecimentos, visto que nós não podemos exigir que ela nos abra todas as informações se assim não o desejar.

Por isso, entramos em contacto com o Deputado Federal Tadeu França, do PDT, para que via Câmara Federal, aí sim, seja feito um requerimento baseado na Constituição Federal para que a Telepar se explique detalhadamente sobre as coisas que estão ocorrendo. Vários equipamentos novos, com valores às vezes 10 vezes maior que o valor do mercado, estão sendo vendidos pela Diretoria da Telepar como sucata, como ferro velho, com diferenças de preços extraordinários, ou seja, comprou equipamentos novos, colocou no Armazém, sequer retiraram das caixas. Esses equipamentos sequer foram usados pela Telepar. E agora a Telepar vende como ferro velho, com um valor aviltante para os cofres públicos.

Este tipo de condução da Telepar precisa ser questionado porque já foi a Telepar um dos melhores sistemas de telefonia do Brasil. E hoje está se debatendo com problemas gerenciais, com problemas graves de recursos financeiros, e sobretudo agora com esta suspeita que se levanta pela "Folha de Londrina", de que está vendendo material novo como sucata por um preço irrisório.

A grande verdade, senhor Presidente, Senhores Deputados, é de que nesta fase da vida nacional, embora o governo Sarney esteja findando, nós precisamos cobrar da Diretoria da Telepar todas as informações necessárias.

Pedimos ao Presidente do PDT, Deputado Federal Tadeu França que faça ainda no dia de hoje, ou possivelmente amanhã, cedo, um pedido de informações baseado na Constituição, e se for o caso até uma Comissão de Inquérito a nível federal para levantar esta denúncia gravíssima em relação à Diretoria da Telepar. Vejam os Senhores que as braçadeiras estão em perfeito estado de conservação, fechado em caixa e vendido para ferro velho por valores irrisórios, 45 mil toneladas de material; claro que dentre esses materiais devem existir alguns que não têm valor muito grande no mercado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vamos exigir da Telepar todos os esclarecimentos necessários, tanto através do Deputado Pedro Tonelli que entra com um requerimento pela Assembleia, através da Liderança do PT, como através do Deputado Federal Tadeu França, que entra com o requerimento na Câmara Federal para que essa história fique muito clara e limpa.

O que não se pode admitir é que o patrimônio público seja lesado desta forma.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Acir Mezzadri.

(Declina).

Concedo a palavra ao Deputado José Afonso Júnior.

(Declina).

Com a palavra o Deputado Dirceu Marfrinato no Pequeno Expediente.

(Declina).

Nada havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos de Santa Maria do Oeste, companheiros também de Santa Helena que nos visitam, do litoral do Estado do Paraná, só depende da Assembleia Legislativa, evidentemente com a sanção do Governador do Estado, que um sonho, que uma esperança se torne realidade, e é o caso por exemplo da emancipação de Santa Maria, e nós votaremos favoravelmente à emancipação de Santa Maria porque é preciso que se valorize a criação de novos municípios, principalmente aqueles que têm na sua gente, no seu povo o espírito de progredir, de crescer e de fazer justiça à sua gente. Por isso nós votaremos favoravelmente à emancipação de Santa Maria.

Ainda ontem, meus amigos de Santa Ma-

Dias a conceder um reajuste, reajuste mensal de acordo com a variação do IPC para o funcionalismo público do Estado do Paraná. A defasagem é de mais 200% e aquisição de novos funcionários públicos que também vem nossa assertiva, esta mesma Assembleia votou contra esta autorização ao Governador Alvaro Dias para que tivéssemos esse reajuste mensal. Inúmeras empresas, além do reajuste mensal, que é a correção desse salário que aí está, com índices oficiais da inflação divulgados de forma mentirosa, até. Nós perdemos essa batalha, mas não perderemos a guerra, não. Nós continuaremos insistindo.

Eu gostaria de pedir ao Líder da Bancada do Governo que por favor falasse um pouco mais baixo, Senhor Presidente, para que a gente pudesse usar a palavra. Senhor Presidente pega mal para este Parlamento, as galerias aqui acompanhar a falação de Deputados, por favor.

O Sr. Artagão Mattos Leão - É que seu discurso não tem muita importância, Senhor Deputado.

O SR. LINDOLFO JUNIOR - se não tem fundam-
 mais cargos no Governo do Estado do Para-
 mento a gente dar salários dignos para

a classe trabalhadora, o que tem fundamento e a Sua Presidência, em 1987, promoveu nesta Assembleia e eu ainda era 2º Secretário, cargos no Governo do Estado do Paraná, sem nenhum onus para a Assembleia

Legislativa e 2.º Encontro Nacional de
neste Senhor Presidente, em 1987 promovemos
nossa Assembleia e, desde 1989, quando era 2.º Secre-
tário, sem nenhum ônus para a Assembleia, das
dificuldades, o 2.º Encontro Nacional de
Legislativa, o 2.º Encontro Nacional de
representante de Federação que participou
micro e pequenas empresas.

conosco aqui mais descendente ao micro e ao

pequeno empresário. Naquela oportunidade contámos com a presença de diversos deputados, naquela oportunidade o Presidente da Assembléia, pequeno empresário.

Deputado Antonio Annibelli que conosco
naquela oportunidade Contamos com a
também participou desse evento. E hoje
presença de diversos Deputados, naquela
oportunidade a Tribuna porque realizamos o 3
oportunidade o Presidente da Assembleia,
Deputado Nacional de micro e pequenas em-
Deputado Antonio Annibelli que conosco

O Governo do Estado do Paraná tem uma preocupação muito clara com relação a política tributária em cima dos microempresários. O Brasil em Foz do Iguaçu.

Governos. O que não é uma novidade, já que em 1994, quando o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

governo do Estado do Paraná, que em setembro de 1964, as microempresas o que representava em setembro de 1964, este ano arrecadou trezentos milhões de cruzados, por conseguinte três milhões e oitenta e oito mil cruzados novos de microempresas o que representava em setembro de 1964 da arrecadação do nosso Estado. E

Estado do Paraná não poderia deixar de ocupar a tribuna e sugerir ao Governo do Estado, talvez isso até aconteça, o ano eleitoral está chegando, já se avizinha, hoje o microempresário tem três faixas de tributação e o aumento é semestral. Ora, pagar vinte e quatro cruzados e sessenta centavos muitas vezes o Estado do Paraná gasta muito mais no controle de efetivo para fiscalização dessas microempresas. Vinte e quatro e sessenta, pouco mais de cento e oitenta cruzados de uma outra faixa e na terceira faixa, pouco mais de duzentos e quarenta cruzados.

O BADEP tem um Projeto, o PROIM, Projeto que beneficia as médias, e grandes indústrias do Estado do Paraná. E o que é o PROIM? Ele devolve 50% à indústria do imposto recolhido a título de financiamento, com dois anos de carência ao custo de 50% da correção monetária.

Ora, é claro que para uma isenção dos microempresários necessário se faz um amplo convênio com o CONFAZ, que reúne as Secretarias da Fazenda de todos os Estados da federação. Mas, o microempresário não

quer a isenção de impostos, não o microempresário. Por isto sugerimos ao Governo do Estado que também quer ter a oportunidade de crescer de fazer um pequeno de financiamento para subsidiar a micro e um médio e depois um grande empresário. Presa e a pequena empresa do Paraná.

[illegible]

quebra empresa do nosso Estado. Não
impo a fundação seria do dinheiro recolhido
pela 6ª Companhia do governo para a criação
de uma microempresa para a Parana
social com um microempresário
quebra empresa investimento com mais de um milhão

que esta pequena empresa, que esta
imposto que o Governador precisa olhar na
microempresaria empresa muito vezes do retorno
que esta empresa gera e sustenta os seus filhos
social, com investimento, com mau de obra
e a sua familia
que esta pequena empresa, que esta

Microcomputer

The following table shows the results of the regression analysis for the dependent variable "protection of the environment" (in percent) for the years 1990, 1995, 2000, 2005, and 2010. The table is divided into two main sections: "Model 1" and "Model 2". The columns represent the different years, and the rows represent the different variables. The "Model 1" section shows the results for the first set of variables, and the "Model 2" section shows the results for the second set of variables. The "Model 1" section includes the variables "Age", "Gender", "Education", "Income", and "Marital Status". The "Model 2" section includes the variables "Age", "Gender", "Education", "Income", "Marital Status", "Political Party", "Religion", and "Ethnicity". The table shows that the results for the different years are generally similar, with the exception of the "Political Party" variable, which shows a significant increase in the coefficient for the year 2010.

[illegible]

temos que o sonho que tem a comunidade de
migalhas, que não pede favor. Santa Maria de se emancipar de caminhar
pelos próprios pés. Senhores, Parâm
para não perder a essência, tenha também
microempresas, um país que não des-
mista o trabalho e o lucro, e não pode
desistir de lutar, lutando pela educa-

maldivas que não pede favor
ção, optando pelas empresas não pequeno
vamos nos espelhar. Senhores, falando
porte, investindo em tecnologia avançada,
tarefas, no exemplo de um país que foi des-
treinando seus gerentes. A empresa de pe-
tróleo após a guerra, optando pela educa-
ção, optando pelas empresas de

ção, optando pelas empresas de pequeno porte, investindo em tecnologia avançada, treinando seus gerentes. A empresa de pe-

queno porte, a micro, a pequena empresa, aliada, evidentemente, à credibilidade do Governo japonês fez com que a microempresa e com que o Japão saísse da situação em que se encontrava.

Eu sei e, talvez, os nossos ilustres visitantes fiquem a se perguntar: mas, é sempre assim, será que não prestam atenção numa sugestão, será que somente pouquíssimos Deputados prestam atenção numa colocação como esta que nós estamos fazendo, que alguns até consideram de somenos importância? Mas, nós que temos uma responsabilidade para com o povo do Paraná, às vezes, até nos envergonhamos, Senhores, de ver como as pessoas se desligam totalmente de uma idéia, se esquivam ou ouvem e fazem de conta que não estão ouvindo para não querer prestigiar um companheiro que está na tribuna, apresentando o quê? Sugestão. Por que isso não é demagogia. Durante a semana passada e esta semana, o que mais me chamaram nesta Assembléia foi de demagogo, mas aqueles mesmos, Senhoras e Senhores, que acham que esta inflação que é divulgada pelo Governo, pelo IBGE, pela Fundação Getúlio Vargas, que também esta inflação é demagogia. E vocês sabem por que? Porque para eles não falta dinheiro.

Para aqueles que falam em nome do povo, para aqueles que gritam, bradam, batem no peito, dizendo defender o povo do Estado do Paraná, sorriem por dentro, mas desconhecem a força desta gente quando começar a se levantar a partir do ano que vem, que começar a cobrar o posicionamento e o voto de cada um. Isto não é só aqui não, isto vai ser em todo o País, por que nós começaremos e chegará o dia em que todos nós, povo do Estado do Paraná e povo brasileiro, nos juntaremos aos bons, aos francos, aos sinceros e detectaremos a verdade.

Senhores Deputados

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) A Mesa pede um minutinho de atenção ao orador que se encontra na tribuna para anunciar a chegada a este plenário de mais uma comitiva de pessoas vindas do interior do Paraná. Desta feita do Distrito de Virmond, futuro município, que está se desmembrando, com vista a Projeto desta Assembléia Legislativa, do município de Laranjeiras do Sul.

Nós agradecemos a presença dos moradores de Virmond, como também já tivemos a oportunidade de agradecer a presença de Santa Maria do Oeste, e devolvemos a palavra ao orador que se encontra na tribuna, que tem mais alguns minutos para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu sinceramente agradeço a presença também de lideranças do futuro município

de Virmond e quero dizer aos nobres Pares, que nós começaremos, como já temos feito desde o início do nosso mandato, a nos empenhar ainda muito mais, no sentido de conquistarmos as reformas que a população tanto clama, tanto almeja, tanto necessita e para isso, não haverá de nossa parte nenhum tipo de meias palavras, como nunca houve nenhum tipo de meia verdade.

Falaremos sempre que possível e levantaremos a nossa voz em defesa do povo do Estado do Paraná.

São muitas as caravanas que chegam na Assembléia Legislativa e quero dizer aos ilustres componentes da bancada do Governo, àqueles que votaram contra o reajuste mensal dos servidores público do Estado do Paraná, quero crer que esses mesmos conosco votarão favoravelmente à betenização do salário dos Senhores funcionários públicos do nosso Estado.

Respeitando e regulamentando o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, que diz que os salários deverão ser pagos até o último dia do mês vencido. Quem recebe no dia 5 vai ter que receber, reajustado e com a BTN Fiscal aplicada.

Quero pedir mais uma vez aos nobres Deputados, para que votem favoravelmente ao nosso projeto da betenização. Para que votem favoravelmente na unificação dos salários de estatutários e celetistas.

E para encerrar quero apenas dizer ao amigo, ao companheiro de Assembléia, Deputado Basílio Zanusso, que ontem fazia uma colocação com relação à traição feita ao PFL, quando ocupava o cargo de 2º Secretário e quando mudava de partido porque não aceitava as benesses do Governo Federal, porque mudava de partido porque não aceitava e não aceitarei qualquer tipo de oferta a mais mesquinha, a mais envolvente, porque para mim, Deputado Basílio Zanusso, quem se corrompe por dez cruzados ou por 10 milhões de cruzados, tem o mesmo efeito.

E, como começou agora, praticamente agora a minha vida política, como tenho muito para aprender com Vossa Excelência, não me curvarei, Deputado Basílio Zanusso.

Vossa Excelência era líder na época e sabe: recusei uma FM que este Governo perdulário que lá está, tentava me dar em Maringá, ao lado do Deputado Alceni Guerra, onde o Ministro das Comunicações tentava comprar a minha consciência. Não conseguirá.

Eu não ganhei nenhuma emissora de televisão, Deputado Basílio Zanusso. Eu não ganhei nenhuma emissora de rádio. E aqueles que tentaram me oferecer tiveram a pronta resposta: a resposta de um jovem, o mais votado do Partido da Frente Liberal neste Estado, sem nenhum esquema com Prefeito, sem nenhum esquema financeiro, que

apresentou uma proposta à Constituição do Paraná, com o maior número de emendas aprovadas na Constituinte Estadual e contempladas na Constituição que nós promulgamos no último dia 5 de outubro.

Esta mesma população dará a resposta àqueles que, em não tendo argumento, usam o dos que não têm argumento, que é a mentira, a inveja, a difamação e a calúnia. Nós prosseguiremos a nossa caminhada e caminharemos juntos sem nunca trair os ditames da nossa consciência, sem jamais votar contra os interesses do Estado do Paraná. E quando abri mão de ser prefeito da minha cidade, que é Maringá, abri mão porque tinha assumido com o Paraná um compromisso de escrever uma Constituição, e aí está a nossa Constituição.

Mas esta Constituição é uma "sinfonia inacabada" se nós não a regularmos. Nós temos a obrigação e a responsabilidade de regulamentar a Constituição que nós promulgamos no último dia 5 de outubro.

Vamos trabalhar, Srs. Deputados, vamos nos empenhar. Já apresentamos 50 requerimentos pedindo a regulamentação da Constituição.

Já apresentamos quase 10 projetos de lei complementar, projetos de lei ordinária para não estagnarmos, para não pararmos por aqui. E será que quando se tenta trabalhar, a resposta que se recebe dos companheiros é incoerência? Eu continuarei o meu trabalho Senhoras e Senhores e o meu trabalho se encerra no dia em que encerrar o meu mandato ou o dia que Deus quiser, porque se ele quiser que eu continue eu continuarei na vida pública, sim. Continuarei, galgarei degraus e mostrarei ao Paraná e a este País, que existem jovens responsáveis, que existem jovens sérios, que existem jovens que têm ideais, que deixam as suas famílias, que deixam os seus afazeres particulares para se dedicar à vida pública, que é bela.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa. tem um minuto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vou concluir, e peço a V. Exa para continuar falando no Horário da Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mesmo na ausência do Líder da Bancada, nós lhe concedemos essa deferência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Líder do Governo votou contra inúmeros projetos de nossa autoria, muitos já começam a falar de uma pretensa candidatura a Deputado Federal ou a reeleição ou a Governador, porque a Constituição Federal já nos garante esse direito. Mas, quero dizer aos Deputados que sou candidato a um mandato parlamentar

- digno e honrado, que quero apenas encerrar o meu trabalho de Deputado como um bom Deputado para este Estado. A minha voz muitas vezes tem conseguido ressonância neste Estado, mas não consegue a ressonância necessária neste Parlamento.

V. Exa. - Deputado Artagão, que faz o jogo do Governo, V. Exa. que independentemente do seu ideal e da sua consciência, vota, com o Governo do Estado do Paraná, é o Líder do Governo. Quero apenas dizer a V. Exa. para, ao lado dos companheiros de Virmond, de Santa Maria do Oeste, que V. Exa. assuma o verdadeiro compromisso com o Estado do Paraná, o compromisso de votar com o povo deste Estado, e não com um grupo de pessoas que pedem a V. Exa. no Palácio Iguaçu. O governo do Estado que tantas vezes se colocou contra a criação de novos municípios, mas, eles estão aqui, Deputado Artagão, eles estão pedindo à Assembléia Legislativa a emancipação e terras para que caminhem. V. Exa. saiba de uma coisa, Deputado Artagão, votarei favoravelmente aos projetos que, entendemos nós, seja de interesse do Estado do Paraná. Claro. A independência de municípios foi conquistada graças à maioria deste Parlamento. E por que V. Exa., que tem o controle da bancada do PMDB, não vota...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Daqui a pouquinho. O projeto que autoriza a criação deste Fundo de Desenvolvimento da microempresa, inúmeros projetos de Lei Complementar que apresentamos, que gostaria que V. Exa. analisasse, que não votasse de acordo com o que o Palácio pede...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... porque sempre ajudei o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência alerta o orador que está na tribuna que tem um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sempre votei nas medidas acertadas, mas nunca me curvei nas matérias que entendia não beneficiar a população do Estado do Paraná. Sabe por quê? Porque sou contra comando político, Deputado Manfrinato.

Não aceito. Comando político já ficou para as calendas da política do Estado do Paraná e do País...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V. Exa. está esquecendo meu aparte.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... Ficar nomeando este ou aquele, temos que acabar com isto. Temos que deixar saber para quem o comando político? Para o futuro Prefeito de Virmond, para a Câmara Municipal de Virmond, para a Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste e para o Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, porque eles conhecem o problema de lá; vivendo-os diariamente. E não o Deputado que está aqui em Curitiba.

É por isto que sou penalizado, porque quero idéias modernas, reformistas para este Estado e para este País.

Penso não ter agredido ninguém.

O SR. PRESIDENTE (ORLANDO PESSUTI) - Esta Presidência lembra o orador que está na tribuna que seu tempo já está esgotado em mais de trinta segundos e pede para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Consulto se o Deputado usou o horário do Grande Expediente, os trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado que está na tribuna usou Grande Expediente, trinta minutos, e cinco minutos e trinta segundos já de prorrogação no horário de Lideranças do PL.

Concedo mais trinta segundos para que o Deputado Lindolfo Júnior conclua seu discurso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, estou com a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem a palavra ainda ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu não concluí ainda o meu pensamento, ilustre Deputado Lindolfo Júnior. O que lamento é que o Deputado usou trinta e seis minutos só usando de demagogia e não concedeu a este Deputado apenas um minuto para que ele dissesse quem é o autor dos dois projetos, que cria os municípios. Quando ele critica o líder do Governo, sem conhecimento de causa, porque o projeto é do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria os dois municípios. V.Exa. tem que fazer demagogia lá

em Maringá, porque este pessoal aqui já conhece a sua fama na Assembléia Legislativa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Olha, Deputado, estou dizendo exatamente isto. Eu voto com o Deputado Artagão e quero que o Deputado Artagão também vote conosco.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. teria que parabenizar o líder do Governo por esta iniciativa, o Deputado Renato Adur também...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Dirceu Manfrinato, vossa questão de ordem não procede, porque o orador que se encontra na tribuna tem o direito de conceder apartes se assim o desejar. Conclua o vosso raciocínio, Deputados Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Acho que a Mesa deve ter o comando da sessão e se o tempo está encerrado, devem ser tomadas providências. Desculpe o orador, o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tomamos as providências.

O SR. SABINO CAMPOS - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Nobre Deputado Nereu Massignan, que sejam tomadas providências para que nós possamos tratar de coisas sérias, porque estamos aqui há trinta e cinco minutos ouvindo coisas que não interessam a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para concluir, V.Exa. tem trinta segundos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço. Sou um homem que debate as idéias e para encerrar quero dizer ao Deputado Sabino que, infelizmente, se V.Exa. não defende as micro e pequenas empresas do Paraná que continue, por favor, defendendo as grandes indústrias em detrimento dessas pequenas empresas.

Muito obrigado nobre Deputado; obrigado Senhoras e Senhores que visitam nosso Parlamento; obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado seu horário.

Concedo a palavra à Liderança do PT.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de quórum para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede sua questão de ordem, porque não estamos em processo de votação.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli, por 5 minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, representantes de dois municípios novos, Virmond e Santa Maria do Oeste.

Ocupo a tribuna neste dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, para congratular-me com a denúncia formulada pelo jornal "Folha de Londrina" no último dia 25, que publica vasta matéria intitulada "Telepar vende material novo como sucata por preço irrisório.

O nobre Deputado Paulo Furiatti já fez a denúncia nesta tribuna. Preocupação esta que não deve ser a preocupação deste Parlamento, do Deputado Furiatti, mas deve ser a preocupação deste Parlamento, que zela pelo pleno êxito, pelo pleno exercício da administração pública, dos órgãos públicos e das empresas públicas que o Estado do Paraná detém e que prestam serviço público ao nosso Estado.

É inconcebível para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a TELEPAR faça uma licitação e venda para o ferro velho, como material inservível, 45 toneladas de produto que hoje no mercado vale NCz\$ 10,00 o quilo. E que sejam vendidos a NCz\$ 0,85 o quilo do material que é pago com recursos públicos.

Hoje a TELEPAR é um exemplo das outras empresas estaduais de telefonia que não conseguem atender a sua demanda.

As listas de espera para aquisição de telefone são intermináveis. É evidente que parte da responsabilidade cabe à TELEBRÁS que é uma empresa federal, estatal, que controla todo setor de telefonia. Mas a política suicida do Governo Sarney tem levado essas empresas estatais a um pleno estrangulamento. Essa deteriorização atende aos interesses políticos do Governo Federal que são privatistas; que são representados dentro do próprio Governo pelos seus próprios ministros e pelos presidentes das estatais.

O maior exemplo deste absurdo é de que, quem controla a política de comunica-

ções deste País, chama-se Antônio Carlos Magalhães, o colorido, preposto de Roberto Marinho, que é o autor que controla esta política privatista; essa política absurda que hoje nós temos com relação às empresas estatais de nosso País.

Essa é a tática utilizada por aqueles que desejam submeter as estatais aos interesses privados.

Uma empresa como a TELEPAR está sujeita a políticas irracionais ditadas pela TELEBRÁS. É o caso das tarifas, muitas vezes arrochadas. Mas o mais grave são os serviços subsidiados que acabam privilegiando grupos econômicos, os chamados grandes usuários, que na maioria dos casos são subsidiados ou são isentos de contribuir.

Neste momento em que a categoria reivindica melhores salários, uma denúncia como esta coloca em suspeita a seriedade dos argumentos apresentados pela empresa, para não atender as suas reivindicações salariais.

Como providência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estou apresentando nesta sessão, um requerimento a este Poder, solicitando que o governador Álvaro Dias possa tomar as providências, tomar as medidas necessárias para apuração desta denúncia.

Também solicito, através deste requerimento, que seja enviado ofício à Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, para que as providências legais sejam adotadas. Nós queremos explicações, porque, caso contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós teremos um final triste deste Governo Federal, nós teremos uma imagem triste deste final de loteamento, deste final de festa, um final triste!

Este Parlamento não pode se fazer de surdo, e quero mais uma vez louvar ao Jornal "Folha de Londrina", pela coragem, pelo trabalho desenvolvido na busca das informações e trazer à tona para nos ajudar a fiscalizar o Poder Público e as empresas estatais, que prestam serviços e que são sustentadas com recursos públicos.

Era isso, Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados, e espero meu requerimento aprovado nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, o FMB. (Declina).

Com a palavra a Liderança do PDS. (Declina).

Com a palavra a Liderança do PFL. (Declina).

Com a palavra a Liderança do PTB. (Declina).

Com a palavra a Liderança do PDT. (Declina).

Com a palavra a Liderança do PTN.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PRP.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PSDB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PMDB.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado João Arruda, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado João Arruda para representante na Comissão deste Poder, que acompanhará a votação do projeto de interesse dos brasileiros residentes no Paraguai. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela ordem) -

Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

Sr. Presidente, retiro a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 317 a 320/89, bem como ao Projeto de Resolução n° 67/89. - **Aprovado.**

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Verificação de Votação.

O SR. SABINO CAMPOS - Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, há uma pessoa que fica perturbando todo o dia o Plenário, sem dizer nada que interesse a ninguém, vem ago-

ra perturbar o Plenário, no momento de uma votação séria, em que as lideranças, lá de Pitanga e Laranjeiras do Sul vêm aqui para aprovar em 3ª Votação, ver a aprovação do projeto que autoriza a criação dos seus municípios, para fazer plebiscito.

É um demagogo, que realmente não merece o respeito dos seus companheiros deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Sabino Campos, não procede a questão de ordem e o Deputado tem o direito regimental de solicitar a verificação de votação e solicita do Serviço de Taquigrafia que não considere as palavras ofensivas ao nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, lamento profundamente quando o Deputado Lindolfo Júnior ocupou a tribuna, fez um apelo a todos os Deputados, sem distinção partidária, para que votassem nos dois projetos, e aí estão as duas comunidades.

O Deputado Lindolfo Júnior pediu verificação para destruir o projeto de Santa Maria ou de Virmond? Onde está, Deputado, a sua coerência, onde está o respeito de Vossa Excelência com esse povo, pedindo verificação?

Isto é uma injustiça que Vossa Excelência comete.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Dirceu Manfrinato, não procede a questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria de dizer aos ilustres visitantes de Virmond e Santa Maria do Oeste, que este é o triste espetáculo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Lindolfo Júnior, não procede a verificação de ordem de Vossa Excelência.

Vossa Excelência teve 35 minutos na tribuna, quando pode se dirigir às comunidades de Virmond e Santa Maria.

Nós estamos num processo de verificação de votação. Portanto, determino ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nomi-

nal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se o Deputado Lindolfo Júnior retira o pedido de chamada nominal, está Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O Deputado Lindolfo Júnior, Sr. Presidente, viu que ia dar quórum. Ele está brincando com esta Assembléia, fazendo demagogia em cima das galerias. Um deputado demagogo, sem crédito nesta Casa.

Quando fala, nenhum Deputado o escuta, porque é um Deputado que não tem crédito, e vem querer esculhambar as sessões desta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Resolução n.ºs 68, 69 e 70/89. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 317/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 81/89), dispõe que aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, aprovada em 3.ª Discussão. - Aprovado.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 318/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, dispõe que aos ocupantes dos cargos dos servidores auxiliares do Ministério Público do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, aprovada em 3.ª Discussão. - Aprovado.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 319/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, dispõe que aos servidores do Poder Judiciário do Estado, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezen-

tos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, aprovada em 3.ª Discussão. - Aprovado.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 320/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, dispõe que aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, aprovada em 3.ª Discussão. - Aprovado.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 67/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, dispõe que aos servidores do Poder Legislativo, fica concedido um abono provisório mensal de NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), a título de antecipação salarial. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, aprovada em 3.ª Discussão. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 68/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, visando a criação do Município de SANTA MARIA DO OESTE, desmembrado do Município de Pitanga. - Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, habitantes das comunidades de Santa Maria do Oeste.

Quero, em primeira mão, cumprimentar aqui o trabalho do companheiro, nosso Líder, Deputado Artagão Mattos Leão, que eu acredito, foi injustamente inclusive acusado, agora há pouco, de não trabalhar pelos municípios do interior do Paraná.

É um companheiro que sou testemunha do trabalho dele na Região Central do Estado do Paraná. Batalhador, companheiro que nos ajudou muito enquanto Pitanga não tinha um Deputado Estadual, é um companheiro que não podemos esquecer, a luta e o trabalho dele sempre a favor, sempre em prol de uma região carente como é a Região Central do Estado, a última fronteira agrícola do Estado do Paraná.

E esse projeto, datado de 03 de março de 1989, de autoria do companheiro, Deputado Artagão Mattos Leão, para a criação do Município de Santa Maria, que agora cognominado Santa Maria do Oeste, é bom que todos saibam que esse Município de Santa Maria do Oeste, que engloba também São José, São Manoel, Rio Feio e outras localidades da região, foi criado o seu

distrito administrativo em 14 de novembro de 1951, pela Lei n° 790; uma das primeiras regiões de povoamento do Estado do Paraná, mas devido à grande dificuldade de acesso, a Região Central do Estado que teve o asfalto apenas há poucos anos atrás, vem sofrendo, há 18 anos lutando pela sua emancipação.

De parabéns a comunidade de Santa Maria do Oeste, de parabéns a comunidade de São Manoel, de São José, de Rio Feio, Pouso Alegre e tantas outras localidades desse Município, futuro Município, que hoje tem 863 quilômetros quadrados de extensão, mais de 15 mil habitantes, uma região onde a população é homogênea, trabalhadora, da área rural, e que merece todo o nosso apoio, todo o apoio desta Casa.

Eu gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros para esse projeto do companheiro Artagão Mattos Leão, que merece todo o nosso apoio, uma região que é franca produtora da área de cereais, dando uma grande contribuição ao Estado do Paraná vai desmembrar também do Município de Pitanga, que hoje é o segundo maior Município do Estado, com 4.552 km².

É impossível um Prefeito do interior, administrar um município com quase cinco mil quilômetros quadrados, mais de seis mil quilômetros de estradas vicinais.

É importante que os companheiros apoiem esse projeto do Deputado Artagão Mattos Leão, porque esta região de Santa Maria e São José, esta região necessita de um apoio maior do Governo do Estado, dos órgãos de Governo, e eles se tornando município, nós temos certeza, caminhará com suas próprias pernas e sua comunidade verá premiado um anseio e uma luta de muitos e muitos anos.

Não conheço especificamente a região de Virmond, por isso me reservo o direito apenas de votar a favor de sua comunidade.

Eu falo daquilo que tenho conhecimento de causa e entendo e conheço os problemas de Santa Maria do Oeste, a sua população, a sua gente. Nós sabemos das dificuldades e sabemos da importância deste projeto, não é projeto demagógico como possa se pensar. O Deputado Artagão tinha toda a razão quando entrou com este projeto, está de parabéns.

Estou consigo, Deputado, estaremos juntos para que isto seja aprovado e tenhamos, em breve, eleições no Município de Santa Maria do Oeste.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto n° 689.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus amigos e minhas amigas de Santa Maria d'Oeste, meus amigos e minhas amigas de Virmond.

Eu sei da ânsia que vocês têm de liberdade.

Eu sei que vocês trabalham de sol a sol, que recolhem religiosamente seus impostos, têm interesse em legar algo melhor para seus filhos e seus descendentes. E uma maneira que um povo tem, de legar algo mais aos seus filhos, é exatamente a sua emancipação política.

Por isto, Santa Maria, por isto, Virmond, que nós estamos aqui, como representante de parcela dos Municípios de Laranjeiras do Sul e Pitanga; nós há algum tempo assumimos esta luta, esta luta de desenvolvimento, esta luta de liberdade e esta luta de progresso.

E tivemos sempre ao nosso lado o povo destas duas localidades conversando conosco, dialogando, fornecendo documentos necessários, para que pudéssemos comprovar as possibilidades de emancipação desses dois Distritos.

Depois desta luta, nós estamos chegando ao final da primeira etapa e vamos vencê-la. Vamos vencê-la, queiram ou não alguns mau-intencionados, alguns demagogos, alguns rejeitados pelos seus companheiros, que não podem ver galeria para ficarem assannadinhos.

Mas, nós que trabalhamos sério, que sabemos que este Parlamento é assim, composto por homens sérios, homens que trabalham, Deputados devotados, e não como uns e outros querem deixar transparecer, no afã de fazer mais uma vez a sua demagogia.

Nós temos neste Parlamento, companheiros que nos entendem, e eu tenho certeza, vão aprovar o nosso projeto.

Queremos agradecer o Deputado Renato Adur, companheiro que luta comigo pelos destinos de Pitanga, pelos destinos de Santa Maria d'Oeste, que também é um Deputado sério, que também é um homem trabalhador, como o são a maioria dos Deputados deste Parlamento.

Deputado Alborghetti, o seu aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ABORGHETTI - Eu quero dizer a Vossa Excelência, que...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência lembra que no encaminhamento de votação, não cabe aparte.

O Deputado Alborghetti poderá também se inscrever para encaminhar também a votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Deputado, eu agradeço o seu apoio, sei que Vossa Excelência, como Deputado sério que é, entende a necessidade deste povo, de ter a

sua independência, e que vai nos apoiar, porque Vossa Excelência que atende o povo, que ajuda diariamente os mais carentes e os mais necessitados, que faz uma política séria, não somente neste Parlamento, mas também em seu programa de televisão, entende a necessidade que temos, de emancipar estes distritos, e que vai nos apoiar.

E eu queria, Srs. Parlamentares, não aqui, neste momento, entrar em atrito com outro parlamentar.

Gostaria simplesmente de agradecer nesta oportunidade, os Parlamentares que aqui estão presentes, homens de bem que vão nos apoiar nesta empreitada, agradecer do fundo do coração, porque sei que, com a maioria dos senhores, nós sempre estivemos juntos quando o interesse maior do povo do Paraná falou mais alto, nós não aprovamos projetos demagógicos, não podemos acompanhar aqueles que querem fazer média com galerias, que não podem ver galerias lotadas para usarem 30, 35, minutos, e não dizerem absolutamente nada. Nós trabalhamos com seriedade, com devoção. Entendemos o problema do povo do Paraná e sempre estivemos nesta Assembléia Legislativa votando em favor do povo do Paraná.

E tenho certeza que agora, Srs. Deputados, quando se levanta neste Parlamento o interesse de um distrito como Santa Maria d'Oeste, o interesse de um distrito como Virmond, esse Parlamento não irá falhar com o interesse desse nosso povo.

Por isso, eu agradeço aos Srs. Deputados, o apoio de todos. Sei que vou contar com Vossas Excelências, e sei que juntos vamos nesse e em outros projetos sérios, que realmente falem mais alto e mais profundamente os interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado, Srs. Deputados, pelo apoio que sei que Vossas Excelências darão a este povo que aqui se faz presente, de Santa Maria d'Oeste e de Virmond.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu só queria aproveitar, que não tive oportunidade, não tive aparte porque não me era permitido pelo Regimento Interno desta Casa, não tinha o direito.

Então, quero dizer o seguinte aos Srs. Deputados. Nós aqui, às vezes, temos uma série de encontros e desencontros nesta Casa, às vezes eu me desencontro com as idéias do Deputado Tonelli, às vezes me desencontro com as idéias do Deputado Nereu, às vezes me desencontro com as idéias do grande líder Nelson Vasconcellos, às

vezes me desencontro com o Deputado Paulo Furiatti, às vezes me desencontro com o Deputado Artagão, mas sempre votei com a consciência ávida.

Eu não poderia jamais, como homem de televisão e como Deputado, deixar de votar nesta hora, ainda mais quando o Deputado Renato Adur fez uma explanação mostrando que Vossa Excelência conhece essa região.

Deu-se a nítida impressão, como se eu estivesse passando uma matéria no meu programa de televisão, como se eu estivesse mostrando um videotape, as suas caminhadas pelo Estado do Paraná.

Então, sem demagogia, num respeito às Comunidades de Virmond e Santa Maria d'Oeste, eu quero dizer aqui que a Bancada do PRN sempre votará de acordo com sua consciência, não deixará de votar nas asas da liberdade que nasce agora Virmond e o Município de Santa Maria, e voto mais ainda, não só pelos dois, eu voto pelo carinho e pelo respeito que tenho para com o Deputado Artagão Mattos Leão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já havia feito uma colocação com relação ao nosso apoio à criação de Santa Maria d'Oeste e Virmond.

Maldosamente, um Deputado disse que etávamos querendo acabar com a sessão, e vocês sabem por quê?

Porque nós precisamos, agora, para aprovar este projeto, de vinte e oito Deputados em Plenário. Sabem quantos Deputados temos na Assembléia Legislativa? Cinquenta e quatro. Por favor, contem quantos Deputados temos aqui. Vocês precisam saber disso.

Quando o Deputado Artagão ficou branco, quando eu pedi verificação de quórum e pediu por favor, retire, retire, era para que ele sentisse também como a gente fica abalado e, principalmente sendo ele o Líder da bancada governista, onde o PMDB deveria estar todo lá do outro lado e temos poucos Deputados aqui. Eles nos criticam, porque aqui não nos calam.

Eu, em nenhum momento, disse que era contra Santa Maria d'Oeste e contra Virmond. Nós votaremos, mesmo que não tenhamos número, mas conclamo aos Deputados Estaduais do Paraná para que venham à sessão, porque o Paraná sabe que o salário do Deputado Estadual não é um salário de miséria, não.

Nós temos obrigação de estar aqui, como eu estou todos os dias, como não tenho faltado às sessões, indo para o interior

na quinta-feira e retornando no domingo.

Não somos contra, não, Deputado Artagão, o que quero é que Vossa Excelência respeite o estatuto do PMDB, que prevê a luta pela dignidade dos salários da classe trabalhadora. É isso que eu quero. Eu sou favorável à criação de Virmond e Santa Maria d'Oeste.

Votarei favoravelmente, só gostaria de mostrar a Vossa Excelência que aqui nós ficamos e votamos, não saímos do Plenário como fizeram, orientados por Vossa Excelência.

Dizer que um projeto que autoriza o Governador a conceder reajuste mensal é demagogia, Vossa Excelência está mal informado, Deputado Artagão, sabe por quê? Porque Vossa Excelência é um político fim de linha, por que Vossa Excelência sabe que os antigos estão contados. Não que eu queira apregoar aqui pela qualificação da idade, porque nós sabemos que a renovação se constrói a cada dia ...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Lindolfo Júnior, esta Presidência solicita que Vossa Excelência se atenha ao encaminhamento da matéria que está em votação, que é a criação do Município de Santa Maria do Oeste.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pois não, Sr. Presidente.

Nós votaremos favoravelmente. E quero parabenizar a Bancada do PRN. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti disse agora há pouco - votaremos com a nossa consciência, e ontem, aqui, a Bancada do PRN votou favoravelmente ao reajuste mensal ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Sim. Eles votam com a consciência!

Agora, tem gente que vota de acordo com os cargos que recebe do Governo do Estado, e como nós temos independência, e nunca recebemos nada, nunca aceitamos nada, temos moral para falar desta tribuna.

Pode agredir e atacar que eu vou falar todos os dias, e vou falar a verdade, não mentira, escamoteando a verdade, como se pensa fazer no Paraná: se oficializar a mentira. E isto chega.

Votaremos favoravelmente a Virmond e a Santa Maria do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Resolução n° 68/89.

Para encaminhar a votação, o último inscrito, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunidades de Santa Maria d'Oeste e Virmond.

Tivemos a oportunidade de acompanhar

com muito carinho, com muita atenção, o que se falou dos Projetos de Lei n°s 68 e 70/89.

Está no coração desta população, desde a criança, do jovem, da mulher e até o mais velho, o sonho, a esperança de deixar esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, consciente de que foi aprovado o projeto que vocês tanto sonham.

E vocês tiveram também a oportunidade de aqui presenciarem as atitudes dos Deputados. Atitudes de alguns Deputados com muita seriedade, com muito respeito e atitude, também de um Deputado que deseja transformar uma Casa, que não foi ele que constituiu, não foi este Deputado que constituiu a Assembléia Legislativa do Paraná.

Isto veio das décadas passadas, trazendo através da sua estrutura, de tantos e tantos Deputados que aqui passaram.

E não seria agora, quando caminhamos em busca da democracia por este País, por este Estado, que vamos permitir que a Assembléia Legislativa do Paraná, uma Casa que merece respeito acima de tudo, de toda população paranaense, se transforme num palco de circo, por um Deputado que não tem responsabilidade com o seu mandato.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela ordem) - Eu não aceito a colocação.

Eu tive trinta mil votos neste Estado, Sr. Presidente, e tenho uma responsabilidade para com este povo.

Eu falo, não em meu nome, falo em nome das pessoas que me elegeram e jamais me calarei, por isso protesto com relação à afirmativa e a colocação de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa solicita às notas taquigráficas que retirem as palavras ofensivas ao Deputado Lindolfo Júnior, e solicita ao Deputado Dirceu Manfrinato que na tribuna se atenha apenas ao encaminhamento de votação ao projeto de criação do Município de Santa Maria d'Oeste.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Farei, com muita honra.

Quando falo em relação ao projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu falo com muita honra, porque aqui não só fala o Dirceu Manfrinato - Deputado, aqui fala o Deputado Dirceu Manfrinato, que fez trinta e um mil e quinhentos votos no Paraná, sem comprar a consciência de ninguém.

Não utilizei de canais de televisão como Vossa Excelência utilizou em Maringá, para se promover demagogicamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita que Vossa Exce-

lência se atenha ao encaminhamento da votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - E com relação ao Projeto de Lei n° 68/89, eu não tenho nenhuma procuração, Srs. Deputados, para defender os Deputados desta Casa.

Mas eu que tenho responsabilidade pelo meu mandato e que tenho responsabilidade em fazer com que esta Casa não seja desmoralizada, eu quero dizer, Sr. Presidente, que aqui, há poucos instantes, o Deputado Lindolfo Júnior acusava os Deputados de não conhecerem os problemas dos municípios do interior, questionava a questão do mandato político e que os Deputados não conhecem o problema do interior.

Eu quero, meu caro Presidente, dizer que estes dois projetos que estão sendo votados para a criação de municípios, de que o Deputado tem responsabilidade, sim.

O Deputado tem muita responsabilidade e está provando a responsabilidade do Deputado Artagão Mattos Leão, através de seus projetos, criando os dois Municípios. O Deputado tem responsabilidade, sim.

Se existe ausência de alguns Deputados, como aqui foi questionada pelo Deputado Lindolfo Júnior, é porque os Deputados estão no interior visitando as prefeituras e dando satisfação ao povo que os trouxe à Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu não vou permitir que desmoralize aqui os Deputados. Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tem município para cuidar, pode dizer isso que disse aqui na sessão da Assembléia Legislativa porque não tem base eleitoral. Foi apenas um aventureiro das eleições de 1986. Não é um Deputado radicalizado em sua sede. Não é aquilo que se propõe um Deputado que não conhece as dificuldades da região.

É muito fácil o Deputado Dirceu Manfrinato pegar todos os dias as Ordens do Dia da Assembléia Legislativa e vir a esta tribuna dizer que vai votar, que pedirá aos Srs. Deputados para votar no projeto. É muito fácil pegar a garupa no cavalo dos outros.

O que importa, Deputado Lindolfo Júnior, é que se faça um projeto, é que se defenda as suas bases. Esta é a missão do Deputado. Como Vossa Excelência não tem onde defender, vem criticar os Deputados que trabalham. Isto é uma injustiça que Vossa Excelência comete, apesar de que não é a primeira vez que Vossa Excelência faz isso.

É constante neste Plenário, é constante a falta de ética de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós, mais uma vez, solicitamos a Vossa Excelência que se atenha ao encaminhamento da matéria.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Está falando há sete minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No encaminhamento a Mesa informa que é 10 minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - E se Vossa Excelência está tão preocupado porque eu estou falando a verdade, a verdade dói, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - A mim, não.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Ela dói, sim, principalmente para quem usa de demagogia. Ela dói muito. Para nós que não usamos este tipo de comportamento, nós que cobramos seriedade, nós que estamos querendo resgatar realmente no Paraná e no Brasil a credibilidade do homem público que Vossa Excelência procura destruir pelo seu comportamento, nós queremos que isso não haja mais na Assembléia Legislativa do Paraná, que não haja em Brasília.

Enfim, Deputado, nós temos que ter a sensibilidade de saber que, acima de tudo, temos que ter respeito com a população do Paraná, em especial com os nossos eleitores.

E encerrando, meu caro Presidente, Srs. Deputados, quero registrar aqui a presença do Prefeito do Município de Rondon, Dr. Sidney Giroto, acompanhado do Vereador Valmor Pereira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa se soma ao Deputado Dirceu Manfrinato às congratulações pela presença do Prefeito de Rondon, Sidney Giroto, e do vereador Valmor Pereira.

Em votação o Projeto n° 68/89. - **Aprovado.**

Está autorizada a realização de plebiscito visando a criação do Município de Santa Maria d'Oeste.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 70/89, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito, objetivando a criação do Município de VIRMOND, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 69/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas que especifica. - **Aprovado.**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas a seguir especificadas:

"Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do Rio Caratuva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00'NW, com a distância de 7.950m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com terras do Município de Prudentópolis, respectivamente, nos seguintes rumos e distâncias: 20°00'NE em 1.157m; 26°00'NW em 1.134m e 05°00'NW em 538m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto segue Arroio abaixo com distância de 3.218m, confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00'NE com a distância de 4.210m, chegando às margens do Arroio do Ansolim. Deste ponto segue Arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva, com a distância de 6.940m, chegando na confluência do referido Arroio com os Rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati, com a distância de 9.632m, chegando-se ao ponto onde se fez princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697,674m² (cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete metros quadrados e seiscentos e setenta e quatro milímetros)".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 307/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, objetiva transferir a área de território que especifica, do Município de Imbituva para o Município de Irati.

Encontra-se a proposição devidamente documentada com o abaixo-assinado realizado nas localidades de Pinho de Baixo e Pinho de Cima, declarações das Câmaras Municipais de dois municípios, bem como da Prefeitura de Irati, comprometendo-se a atender devidamente a área a ser transferida, Memorial Descritivo da área, declaração da Agência do Banco do Brasil, enu-

merando os usuários das localidades que se utilizam dos benefícios da Agência de Irati e outros mais.

Examinando o aspecto da constitucionalidade da iniciativa, nada há a opor, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede a Alaíde Maria Brígido, pensão mensal, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em número de três, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 329/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... - Fica concedida a RUTH ISABEL PONESTK, uma pensão mensal equivalente a dois (02) salários mínimos.

Art. ... - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário...

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Pirajá Ferreira, Bernas Brandão, Antônio Annibelli e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida justifica-se pelo fato de que a beneficiária foi considerada incapacitada para o exercício de suas funções, em consequência de meningite provocada por tuberculose cerebral, adquirida no estabelecimento escolar em que exercia o magistério.

Por força e em decorrência de tal fato, Ruth Isabel Ponestk sobre de autismo, perda de visão e apresenta fases de desligamento.

Não obstante ter sido aposentada por invalidez, o valor dos proventos da aposentadoria é insuficiente para prover a sua subsistência, bem como fazer frente aos custos do tratamento médico e dos medicamentos, que atualmente vêm sendo arcados pelos seus familiares cuja precária situação econômica não permite propiciar à beneficiária todos os cuidados de que necessita.

PROJETO DE LEI N° 329/89

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

Inclua-se onde couber o seguinte artigo dando nova redação ao parágrafo único do Art. 1º:

Art. 1º - Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei nº 329/89:

"Art... - Fica concedida a MARIA DE LOURDES SCHIAVON PEDRONI, viúva do ex-Prefeito do Município de Florai, Urbano Pedroni, uma pensão mensal no valor equivalente a dois (02) salários mínimos".

Art. 2º - O Parágrafo Único do Art. 1º fica transformado em artigo:

"Art. ... - As pensões de que trata esta lei deixarão de ser devidas caso as beneficiárias venham a contrair novas núpcias."

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: João Arruda, Dirceu Manfrinato, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, Neivo Beraldin e Sabino Campos.

JUSTIFICATIVA:

Situações existem que clamam por um atendimento de parte do poder público.

É o que pretendemos, com a elaboração do presente plano de lei.

Pretendemos atender a uma situação humana que está a reclamar por parte do Estado do Paraná, uma especial atenção, esgotados que foram todos os outros meios e recursos.

Isto só poderemos fazer através da concessão de uma pensão à senhora Maria de Lourdes Schiavon Pedroni, viúva do ex-prefeito de Florai, Urbano Pedroni, que após o falecimento do seu marido, vem lutando com imensas dificuldades para criar e educar os seus cinco filhos.

Urbano Pedroni foi vitimado em trágico acidente automobilístico na BR-376, imediações de Ponta Grossa, quando retornava da capital do Estado em companhia do então e atual Prefeito de São Carlos do Ivaí, Cezarino Tessaro, onde viera tratar de assunto do maior interesse do Município que administrava.

De família simples, Urbano Pedroni não deixou maiores recursos, o que exigiu da senhora Maria de Lourdes Schiavon Pedroni, os maiores esforços para poder enfrentar as dificuldades para a sobrevivência e educação dos cinco filhos menores do casal que ficaram sob sua guarda e responsabilidade.

Assim, a exemplo do que já tem ocorrido em casos semelhantes, entendemos ser a medida justa e oportuna, uma vez que o Sr. Urbano Pedroni faleceu quando ainda exercia o mandato de Prefeito Municipal de Florai.

Por tais fatos, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 329/89
EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO

Suprima-se do Art. 1º do Projeto de Lei nº 329/89, as expressões "de referência".

Sala das Sessões, em 28.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Antônio Annibelli, Pirajá Ferreira, Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Basílio Zanusso e Antônio Costenaro Neto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber qual a justificativa para a ampliação dessas pensões no projeto original, são esposas de ex-Prefeitos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A justificativa é que o Deputado Basílio Zanusso devidamente apoiado por 6 outros parlamentares, apresenta emenda aditiva, ou melhor, modificativa e corretiva ao artigo 1º, concedendo também pensões a estas pessoas que já anunciamos - a Dona Maria de Lourdes é viúva do ex-Prefeito do Município de Florai e a Dona Rute Isabel por ter sido considerada incapacitada para o exercício de suas funções, em consequência e meningite adquirida no estabelecimento escolar em que exercia o magistério e por este motivo Dona Rute sofre de autismo e perda de visão, sendo aposentada por invalidez.

Em votação emenda nº 02. - Aprovada.

Em votação emenda nº 03. - Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 297/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo único ao Art. 281 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94, de 26.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 297/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, acrescenta parágrafo único ao art. 281, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82.

No artigo 281 da referida Lei Complementar, o período máximo de permanência do Delegado de Polícia em uma unidade policial, mesmo como titular, é de 3 anos, podendo, em casos excepcionais, atendido o interesse do serviço, ser prorrogado por mais 12 meses. Com a medida proposta, o Delegado de Polícia que tenha exercido a função de Delegado Adjunto em unidade policial, no período previsto no art. 281, poderá nela permanecer ou retornar, como

titular, por mais 2 anos improrrogáveis, havendo manifestação favorável do Conselho da Polícia Civil.

Assim sendo, chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar quanto ao aspecto legal e constitucional, nada encontra que possa obstar o trâmite normal do projeto de lei em tela. Sendo o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 297/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem o propósito de acrescentar parágrafo único ao art. 281 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

A presente proposição passou pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta Parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, criada pela Resolução n° 167/79, dando-lhe competência em assuntos que interessam à ordem pública e à Segurança Pública, é o seu posicionamento igualmente favorável.

Assim sendo, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e ANTÔNIO ANNIBELLI, que retifica a Lei n° 9008/89 e dá outras providências. (Criação de Santa Tereza do Oeste). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 93, de 24.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 284/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria dos ilustres Deputados Gernote Kirinus e Antônio Annibelli, visa retificar a Lei n° 9008/89 (Criação do Município de Santa Tereza do Oeste) e dá outras providências.

A finalidade da retificação da medida em pauta é a de que do território do novo município de Santa Tereza do Oeste seja excluída a área desmembrada do Município de Cerro Azul.

Esta área desmembrada e conforme especifica o mapa em anexo, pertenciam ao Muni-

cípio de Céu Azul e foi incorporado ao Município de Santa Tereza do Oeste sem a devida consulta prévia à Câmara dos Vereadores, como determina a Lei Complementar Federal n° 01/67, vindo assim a ferir direitos fundamentais do Município e que são a soberania e a autonomia.

No plano constitucional, a matéria encontra apoio no art. 19, II, da nova Carta Magna Estadual.

Nestas condições, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente pela presente proposta, dada a inexistência, nos planos legal e constitucional, de óbices que venham a prejudicar o seu trâmite normal por esta Colenda Casa.

Assim sendo, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação desta presente medida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo ao Deputado Pedro Tonelli, esta Presidência determina ao Sr. 1° Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

(É procedida a chamada nominal).

29 Srs. Deputados responderam à chamada.

Está Aprovado o Projeto de Lei n° 284/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 347/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná "post-mortem" ao Sr. ABILON DE SOUZA NAVES. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. (Publ. no D.A. n° 106, de 27.11.89).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 347/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o projeto de lei em tela concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem", ao Sr. Abilon de Souza Naves.

Seus dados biográficos apresentados

pelo autor, revelam a sua capacidade de trabalho, talento e dedicação, sempre voltados aos mais variados setores da vida sócio-econômica e política do nosso Estado.

Ardoroso getulista, Souza Naves acompanhou com atenção a fundação e o desenvolvimento da União dos Trabalhadores do Paraná.

Na condição de Presidente Nacional em exercício do PTB, Souza Naves acertou os detalhes de um acordo para apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República. Segundo o acordo, o PTB teria a Vice-Presidência da República, dois Ministérios: do Trabalho e Agricultura, com todos os seus órgãos e alguns departamentos.

Poderíamos citar páginas e páginas de seu brilhante "Curriculum", pois os paranaenses conhecem os grandes serviços prestados à comunidade do nosso Estado.

Esta Comissão Geral, chamada a se manifestar, de conformidade com o Regimento Interno, vem se pronunciar Favoravelmente com relação à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

Em votação.

Em discussão o parecer. Em votação o Parecer. - Aprovado.

Em votação o Projeto de Lei n° 347/89. - Aprovado.

A SRA. VERA AGIBERT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Vera Agibert.

A SR. VERA AGIBERT - Gostaria de fazer uma consulta à Mesa quanto ao Projeto de Resolução n° 69/88, que entrei com pedido de retirada por cinco sessões na quarta-feira passada e ele volta na Ordem do Dia de hoje e já foi votado inclusive.

Como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Ordem do Dia, não só desta sessão, como todas, é organizada pela Presidência da Casa e o projeto estava em primeira discussão. Teve votação de preferência de votação e o requerimento aprovado por este plenário.

A SRA. VERA AGIBERT - Eu queria saber como ficou o meu requerimento da semana passada em que pedi a retirada da Ordem do Dia por cinco sessões, e que me parece, foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nos

informa a assessoria da Mesa que, naquela ocasião, não havendo quórum para votação do requerimento de Vossa Excelência, foi retirado da votação por ofício pela Sua Excelência o Presidente desta Casa.

Em votação o requerimento da Deputada Vera Agibert. Em votação. Aprovado.

Fica, portanto, retirado por cinco (05) sessões, o Projeto de Resolução n° 69/89.

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 2701 e 2699, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2721, de autoria do Sr. Deputado Iauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2698, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Prejudicado.

Esta Presidência deixa de acolher o requerimento, por tratar-se de empresa federal, não cabendo, portanto, o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu solicito desta Presidência aonde que está dito que nós não podemos oficializar uma empresa estatal federal.

Não estamos obrigando ou legislando sobre ela. Simplesmente, oficializar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência poderá oficializar. Agora, a Assembléia Legislativa, em seu Regimento Interno, não contempla aprovação de requerimentos para organismos fora da esfera estadual, para a esfera federal.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa o informará logo a seguir.

Requerimentos de n°s 2714 e 2712, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2716, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2722, 2723 e 2692, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2694 e 2695, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 2696 e 2697, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2702, 2703, 2704,

2705, 2706, 2708, 2709, 2710, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2713, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de nº 2715, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2718, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2719, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2720, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2724, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2672, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Prejudicado.

Esta Mesa deixa de acolher este requerimento pelas mesmas razões do requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Inscrevo-me em Explicações Pessoais e faço a mesma pergunta que fez o Deputado Pedro Tonelli.

Eu gostaria de saber qual é o artigo que diz que não podemos oficializar, porque já oficializamos inclusive pedindo informações a Ministros de Estado, o problema do BRDE, uma série de questões, eu gostaria de saber.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, face a aprovação do requerimento na sessão de ontem criando uma Comissão Especial para acompanhar projeto de lei que tramita no Senado Federal da República do Paraguai, a Bancada Tucana do PSDB indica, para compor esta Comissão, o Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será anotado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 317 a 320/89, e dos Projetos de Resolução nºs 65 e 67/89.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 329 e 185/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 297/89 e dos Projetos de Lei nºs 284 e 347/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 251/85, 67 e 211/88, e 247, 328 e 345/89.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1989.

"DENÚNCIA FORMULADA PELO
VEREADOR ABEL MORANGUEIRA"
PDT - PARANAVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
PROPOSIÇÃO
Lido em 02.10.89
Aprovado em 16.10.89

O VEREADOR ABEL MORANGUEIRA, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara a seguinte Proposição.

REQUERIMENTO Nº 156/89

Consignar em ata e oficializar ao Sr. Roberto Requião, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, voto de repúdio pela sua atuação diante dessa Secretaria, voltada para campanha eleitoral e não para o exercício do cargo que desempenha, às custas do dinheiro do povo do Paraná. Destacar cópia aos deputados estaduais do PDT, para ação investigadora e denúncia.

JUSTIFICATIVA:

Esse senhor Requião é useiro e vezeiro no gasto do dinheiro público para sua promoção pessoal.

Quando Prefeito de Curitiba, gastou soma expressiva na TV, para "divulgar" seu governo por todo o Paraná. Recebeu, na ocasião, moção de repúdio de nossa autoria.

Agora voltamos à carga, pois a irregularidade se repete. Esse agora Secretário imprime milhares de cadernos sobre suas "obras" como prefeito, com nítido objetivo eleitoral.

Sala das Sessões, em 02.10.89.

(a) ABEL MORANGUEIRA
Vereador."